

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas,

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES apresenta o Relatório de Administração e as informações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2016, os quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### 1. A EMPRESA

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado do Espírito Santo seu acionista majoritário. Com a missão social de financiar investimentos produtivos e estruturar soluções que viabilizem empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo, o BANDES opera em três vertentes, atuando como:

- Agente financeiro de investimentos privados e públicos;
- Agente articulador de interesses empresariais, setoriais e regionais; e
- Agente promotor da competitividade econômica e da inovação.

Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é ser reconhecido como o banco de soluções para o desenvolvimento capixaba e pela excelência de sua gestão.

Durante o primeiro semestre de 2016 o banco prosseguiu na execução de seu planejamento estratégico e, para concretizá-lo, selecionou cinco Projetos Estratégicos, cuja implementação ocorrerá no decorrer do presente ano:

- **Excelência Operacional (@-Bandes):** projeto que visa dar maior agilidade operacional ao banco;
- **Bandes-Export:** estruturação de um programa de apoio ao comércio exterior com finalidade de ampliar a base de empresas exportadoras capixabas;
- **Novas Soluções:** criação de soluções de apoio à Parcerias Público-Privadas-PPP e desenvolvimento local de Fundos de Investimento em Participações - FIP;
- **Sustentabilidade Financeira e Perenidade:** desenvolvimento de metodologias para aperfeiçoamento da gestão financeira da instituição;
- **Pessoas:** visa desenvolver o quadro de colaboradores, fazendo o alinhamento em conformidade com as novas estratégias do banco.

Ainda no primeiro semestre, o BANDES apresentou ao executivo estadual proposta de criação de uma empresa subsidiária integral para viabilização de empreendimentos através de soluções que não envolvam operações de crédito, como de *Private Equity* e *Venture Capital*. Assim, a Lei Estadual nº 10.536, de 08 de junho de 2016, autorizou a constituição do BANDESPAR, que permitirá que empreendimentos estratégicos para o estado sejam apoiados via modalidades de participação societária.

### 2. PERSPECTIVA DE MERCADO E SOCIEDADE

#### Desenvolvimento do Espírito Santo

No primeiro semestre de 2016, o BANDES, a partir do seu planejamento estratégico, estabeleceu suas prioridades de atuação, em concordância com seu documento "Políticas Operacionais do BANDES 2015-2018". Definiu, ainda, que deve manter sua atuação no segmento de microcrédito, urbano e rural, e no apoio às micro e pequenas empresas. Também incrementar suas operações para o segmento corporativo, com soluções financeiras que viabilizem novos investimentos produtivos estratégicos para o estado. Novas soluções em desenvolvimento para o apoio de empreendimentos produtivos a partir de Fundos de Investimento em Participações - FIP's e no apoio à estruturação de Parcerias Público-Privado nos municípios.

Também, alinhado com diretrizes do Governo Estadual, contidas no Planejamento Estratégico para o período 2015-2018, e com foco na atração de novos negócios que oportunizem maior geração de emprego e renda, o BANDES disponibilizou linhas de crédito para setores e atividades específicas, tais como Economia Verde, Economia Criativa, Inovação e Turismo.

#### Promoção do Desenvolvimento em Números

O BANDES aprovou 1.989 operações de crédito no primeiro semestre de 2016, contra 985 no mesmo período de 2015. Os investimentos aprovados representaram R\$ 112,6 milhões, sendo R\$ 108,2 milhões de recursos com risco BANDES e R\$ 4,4 milhões de recursos próprios dos grupos beneficiados. Quanto ao volume de recursos liberados no ano para operações de crédito, alcançou R\$ 97,8 milhões, contra R\$ 63,4 milhões no mesmo período de 2015.

Com esse resultado, o Saldo da Carteira de Crédito (SOC) do BANDES fechou o semestre em R\$ 1.079,3 milhões, com 29.546 contratos.

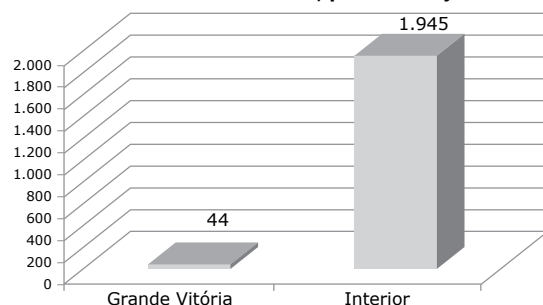
#### A Interiorização como Vetor do Desenvolvimento

A distribuição espacial dos investimentos aprovados registra o predomínio do financiamento de empreendimentos localizados na região interiorana: foram 1.945 operações aprovadas para clientes localizados no interior do estado e 44 operações na região da Grande Vitória. Em termos de valores aprovados, foram R\$ 103,8

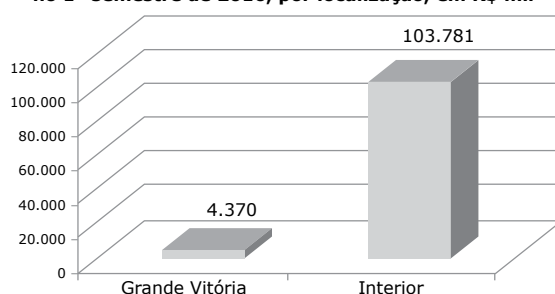
milhões para o interior, representando 96,0% do valor total, e R\$ 4,4 milhões para a Grande Vitória.

Setorialmente, destaque para as aprovações destinadas ao setor primário, que alcançaram 1.509 operações e R\$ 79,1 milhões, grande parte resultado do apoio à agricultura familiar através das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

**Número de operações aprovadas no 1º semestre de 2016, por localização**



**Valor das operações aprovadas no 1º semestre de 2016, por localização, em R\$ mil**



#### Atendimento conforme o Porte do Cliente

No primeiro semestre de 2016 foram aprovados R\$ 108,2 milhões, distribuídos em 1.980 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 98,1 milhões. Para as médias e grandes empresas foram 9 operações, no valor total de R\$ 10,1 milhões.

O valor médio das operações durante o período foi de R\$ 54,4 mil, demonstrando a prevalência do apoio à micro e pequenos empreendedores.

#### Inclusão Social Produtiva

A geração de emprego e renda são eixos da atuação do BANDES. Nesse sentido, cabe destacar o atendimento às famílias agricultoras e aos micro-empreendimentos formais e informais do Estado.

No primeiro semestre de 2016, 1.478 operações aprovadas foram de linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, correspondendo a um montante de R\$ 66,3 milhões. No microcrédito urbano, o programa NOSSOCRÉDITO realizou 4.428 operações, totalizando R\$ 29,5 milhões em financiamentos para microempreendedores.

A partir de setembro de 2015, o BANDES passou a operar linhas de microcrédito com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, a fim de atender clientes que já obtiveram financiamento a partir do Programa NOSSOCRÉDITO. No primeiro semestre de 2016, o número de operações aprovadas nestas linhas totalizaram 168, perfazendo o valor de R\$ 2,8 milhões.

#### Ampliação dos Investimentos Produtivos - INVEST-ES

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, que é um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo, no qual o BANDES é agente técnico, exercendo também, sua secretaria executiva.

No primeiro semestre de 2016 foram enquadrados 8 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 88,5 milhões, com geração de 196 empregos diretos. Destaque também para a emissão de 6 laudos de constatação de investimentos.

#### Diferencial Competitivo por meio de Fundos de Fomento Exclusivos

Como parte de sua missão, merece destaque a atuação do BANDES enquanto gestor de fundos de fomento, diferencial competitivo e instrumento para realização de políticas públicas relevantes para os empreendedores capixabas.

Especificamente com respeito ao Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, as liberações realizadas no primeiro semestre de 2016 totalizaram R\$ 228,2 milhões. Desse valor, R\$ 207,1 milhões resultaram das operações de financiamento originadas nas atividades de comércio exterior (FUNDAP - Financiamento), R\$ 4,7 milhões para a realização de investimentos em projetos (FUNDAP Projeto) e R\$ 16,4 milhões em outras modalidades.

Quanto as liberações do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC, alcançaram R\$ 20,6 milhões, tendo como princi-

pais beneficiários finais pesquisadores e bolsistas do Programa Estadual NOSSABOLSA, iniciativas do Governo na prioridade à educação.

Já em relação ao Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar - FUNSAF, houve liberações de recursos da ordem de R\$ 563 mil, para o fortalecimento da agricultura familiar. O FUNSAF foi desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) para democratizar o acesso aos recursos financeiros para as associações, cooperativas e organizações de apoio à agricultura familiar do Espírito Santo, com operacionalização feita pelo BANDES, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

#### Articulação e Promoção Institucional

O relacionamento entre o BANDES e os atores sociais representativos visa consolidar a imagem institucional do banco junto a seus públicos estratégicos, a partir da definição de objetivos e diretrizes de comunicação, com subsídio de ações de articulação e por meio de promoções e relações públicas para apoiar eventos de parceiros que possibilitam a articulação em diversos fóruns no Estado.

O BANDES está presente também nos principais eventos realizados no Espírito Santo e numa gama de eventos estratégicos para fortalecimento das parcerias comerciais que geram e mantêm negócios para a instituição, além de evidenciar a marca BANDES na mídia.

Além disso, com os novos produtos lançados (economia verde e eficiência energética, economia criativa, turismo e inovação) a demanda por novos mercados suscitou a participação do BANDES em eventos nessas áreas com foco na criação de demandas.

### 3. PERSPECTIVA FINANCEIRA

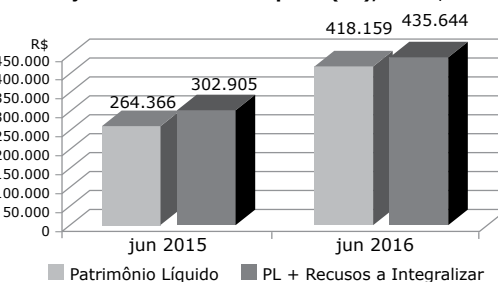
No primeiro semestre de 2016, o BANDES registrou prejuízo líquido de R\$ 3,1 milhões, decorrentes de dois fatores específicos, a saber: o primeiro diz respeito a uma forte crise hídrica que atinge o estado do Espírito Santo nos últimos 30 meses, principalmente nos municípios do norte do estado, sendo considerada a pior estiagem dos últimos sessenta anos, afetando diretamente produtores rurais capixabas, refletindo na sua capacidade econômica para quitação de contratos. Em consequência, houve um crescimento da inadimplência nas operações rurais, elevando os gastos com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Buscando reverter essa situação, o BANDES aderiu ao programa de refinanciamentos de operações rurais do BNDES - REFIN Agropecuário, com o objetivo de adequar os prazos de carência e amortização de seus clientes, facilitando a recomposição do fluxo financeiro das operações. Para aqueles clientes não enquadráveis neste programa, foi criada uma linha de financiamento específica, com esta mesma finalidade.

O segundo fator, decorreu do provisionamento de R\$ 1,1 milhão resultante de perdas geradas por uma forte queda nas cotações do CI-FUNDES, negociadas na BM&FBOVESPA, no momento do fechamento contábil do semestre. Posteriormente houve a recuperação das cotações, permitindo a reversão deste provisionamento.

O Patrimônio Líquido, em função das integralizações do FUNDAP-SOCIAL e do FUNDEPAR alcançou em junho de 2016, R\$ 418,2 milhões, um crescimento de 58,2% em relação ao período anterior, quando o Patrimônio era de R\$ 264,4 milhões. Há, ainda, R\$ 17,5 milhões de recursos a integralizar, o que resultará num Patrimônio Líquido de R\$ 435,6 milhões.

As integralizações do FUNDAP-SOCIAL e FUNDEPAR foram de suma importância, pois fortaleceram financeiramente a instituição e também elevaram as disponibilidades do banco para concessão de crédito. Representam um reconhecimento pelo Governo do Estado do Espírito Santo da importância do BANDES para a promoção do desenvolvimento

**Evolução do Patrimônio Líquido (PL), em R\$ mil**



#### Qualidade da Carteira

Mesmo com os desafios impostos pelo atual momento econômico, o BANDES conseguiu manter bons níveis de qualidade da sua carteira de crédito. Do montante de R\$ 1.079,3 milhões que compõem a carteira de crédito do banco, 90,2% possuem classificação de risco AA, A, B ou C.

Durante o primeiro semestre houve a recuperação de R\$ 5,0 milhões de crédito anteriormente inscritos em prejuízo. A inadimplência superior 90 dias foi de 7,3%.

#### 4. PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

Ao longo do primeiro semestre de 2016, o BANDES continuou buscando a excelência operacional. Destaque para a execução dos Projetos Aplicativos, criados para permitir que o banco ganhe eficiência em suas atividades. A implantação das ações delineadas nos projetos acontecerá até 2018, possibilitando que o banco disponibilize novas e modernas soluções de financiamento e incremente a sua agilidade no atendimento às demandas.

#### 5. PERSPECTIVA DAS PESSOAS

A Gestão de Pessoas no BANDES tem como foco a valorização e o desenvolvimento de seus colaboradores. A premissa de atuação é o alinhamento dessas ações às estratégias do banco e o reconhecimento das pessoas como atores fundamentais para o alcance dos resultados da Organização. Neste sentido, foi formulado um Projeto Aplicativo de Recursos Humanos, que deverá estipular as bases de um novo programa de desenvolvimento dos colaboradores e buscará atender às futuras demandas da instituição em termo de pessoas.

#### BANDES: PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	1º Sem. 2016
<b>A – OPERACIONAIS</b>	
1. Número de Operações Aprovadas.....	1.989
Micro e Pequenas.....	1.980
Médias e Grandes.....	9
2. Investimento Total Aprovado (R\$ mil).....	108.151
Setor Primário.....	79.124
Setor Secundário.....	5.620
Setor Terciário.....	23.407
3. Liberação de operações de crédito (R\$ mil).....	97.805
4. Liberação de apoios financeiros de Fundos (R\$ mil).....	232.416
FUNDAP Financiamento (R\$ mil).....	207.103
FUNDAP Outras Modalidades (R\$ mil).....	21.096
FUNDEPAR (R\$ mil).....	4.217
5. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil).....	1.079.294
6. Nº de contratos ativos.....	29.546
<b>B – FINANCEIROS</b>	
1. Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil).....	(3.100)
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil).....	418.159
3. Rentabilidade do PL (%).....	(0,74)
4. Índice de Eficiência (%).....	91
5. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/Saldo da Carteira) (%).....	7,30

#### NOTAS

Os números apresentados são resultados de um trabalho articulado com instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória (ES), 30 de junho de 2016.

**Conselho de Administração  
e Diretoria Executiva**

#### BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2016 E 30.06.2015 - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>593.250</b>	<b>575.995</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>314.680</b>	<b>362.808</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b> (Nota 4).....	<b>397</b>	<b>483</b>	<b>DEPÓSITOS</b> (Nota 15).....	<b>22.294</b>	<b>42.228</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b> .....	<b>287.283</b>	<b>296.032</b>	Depósitos à Vista.....	11.817	30.352
Aplicações no Mercado Aberto.....	76.126	146.959	Depósitos a Prazo.....	10.477	11.876
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Notas 3.d e 5).....	211.157	149.073	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 16).....	<b>192.403</b>	<b>170.793</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7).....	<b>26.991</b>	<b>18.018</b>	BANDES.....	175.103	155.857
Carteira Própria.....	26.991	18.018	FINAME.....	-	82
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> (Nota 6).....	<b>7.597</b>	<b>23.960</b>	Outras Instituições.....	17.300	14.854
Repasse Interfinanceiros.....	7.597	23.960	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 17).....	<b>99.983</b>	<b>149.787</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8).....	<b>252.427</b>	<b>216.024</b>	Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	83	-
Operações de Crédito.....	268.206	227.705	Sociais e Estatutárias.....	573	562
Setor Público.....	8.204	2.933	Fiscais e Previdenciárias (Nota 17.a).....	5.225	2.490
Setor Privado.....	260.002	224.772	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 17.b).....	62.917	88.566
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(15.779)	(11.681)	Diversas.....	31.185	58.169
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>7.615</b>	<b>11.859</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>791.368</b>	<b>886.800</b>
Créditos Específicos.....	205	205	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 16).....	<b>655.279</b>	<b>654.044</b>
Diversos.....	8.929	13.138	BANDES.....	606.809	615.655
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(1.519)	(1.484)	Outras Instituições.....	48.470	38.389
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>10.940</b>	<b>9.619</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 17).....	<b>136.089</b>	<b>232.756</b>
Outros Valores e Bens (Nota 10.a).....	12.657	10.953	Fiscais e Previdenciárias (Nota 17.a).....	7.245	7.353
(Provisão para Desvalorizações).....	(1.865)	(1.731)	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 17.b).....	128.844	214.724
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b).....	148	397	Diversas.....	-	10.679
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>917.473</b>	<b>919.314</b>	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7).....	<b>108.279</b>	<b>65.116</b>	Resultados de Exercícios Futuros.....	3	1
Carteira Própria.....	108.279	65.116	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>418.159</b>	<b>264.366</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8).....	<b>763.048</b>	<b>803.785</b>	Capital:		
Operações de Crédito.....	807.692	838.784	De Domiciliados no País (Nota 18).....	359.705	204.269
Setor Público.....	57.379	58.851	Aumento de Capital.....	-	1.807
Setor Privado.....	750.313	779.933	Reservas de Lucros.....	62.017	61.213
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(44.644)	(34.999)	Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	(3.100)	(2.460)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>46.099</b>	<b>50.412</b>	(Ações em Tesouraria).....	(463)	(463)
Rendas a Receber.....	2.230	16.455			
Diversos.....	44.004	33.987			
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(135)	(30)			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>47</b>	<b>1</b>			
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b).....	47	1			
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>13.487</b>	<b>18.666</b>			
<b>INVESTIMENTOS</b> (Nota 11).....	<b>1.925</b>	<b>3.012</b>			
Outros Investimentos.....	3.079	3.049			
(Provisão para Perdas).....	(1.154)	(37)			
<b>IMOBILIZADO DE USO</b> (Nota 12).....	<b>3.027</b>	<b>3.435</b>			
Imóveis de Uso.....	4.042	4.042			
Outras Imobilizações de Uso.....	10.506	9.984			
(Depreciações Acumuladas).....	(11.521)	(10.591)			
<b>INTANGÍVEL</b> (Notas 3.h.3 e 13).....	<b>8.535</b>	<b>12.219</b>			
Ativos Intangíveis.....	29.083	28.196			
(Amortizações Acumuladas).....	(20.548)	(15.977)			
<b>DIFERIDO</b> (Notas 3.h.3 e 14).....	<b>-</b>	<b>-</b>			
Gastos de Organização e Expansão.....	-	16.201			
(Amortizações Acumuladas).....	-	(16.201)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>1.524.210</b>	<b>1.513.975</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.524.210</b>	<b>1.513.975</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES  
FINDOS EM 30.06.2016 E 30.06.2015**  
Em Reais mil

	2016	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>57.875</b>	<b>55.540</b>
Operações de Crédito.....	31.352	34.884
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	26.523	20.656
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA..... (35.807) (29.016)</b>		
Operações de Captação no Mercado.....	(176)	(172)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(11.244)	(11.558)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(24.387)	(17.286)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA..... 22.068 26.524</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS..... (24.539) (22.392)</b>		
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 29.b).....	1.009	1.585
Rendas de Tarifas Bancárias.....	866	742
Despesas de Pessoal.....	(18.253)	(15.642)
Outras Despesas Administrativas.....	(8.525)	(7.495)
Despesas Tributárias.....	(2.332)	(2.040)
Outras Receitas Operacionais (Nota 29.c).....	4.363	1.582
Outras Despesas Operacionais (Nota 29.d).....	(1.667)	(1.124)
<b>RESULTADO OPERACIONAL..... (2.471) 4.132</b>		
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 29.e)..... (1.228) 71</b>		
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES..... (3.699) 4.203</b>		
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 3.j)..... 599 (1.288)</b>		
Provisão para Imposto de Renda.....	(3.230)	(1.926)
Provisão para Contribuição Social.....	(2.689)	(1.205)
Ativo Fiscal Diferido.....	6.518	1.843
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO..... (3.100) 2.915</b>		
Lucro/Prejuízo por lote de mil Ações - R\$.....	(0,13)	0,19

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO  
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2016 E 30.06.2015**  
Em Reais mil

	2016	2015 Reclassificado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL..... (3.699) 4.203</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(5.919)	(3.131)
Ativo Fiscal Diferido.....	6.518	1.843
Depreciações e Amortizações.....	2.744	2.953
Provisão para Perdas/Desvalorizações.....	1.352	437
Reversão de Provisões.....	(101)	(103)
<b>Lucro Líquido Ajustado..... 895 6.202</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(35.992)	(93.700)
Títulos e Valores Mobiliários.....	(66.332)	87.193
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	6.686	6.115
Operações de Crédito.....	(16.379)	3.771
Outros Créditos.....	16.879	(6.701)
Outros Valores e Bens.....	(502)	(2.720)
Outras Obrigações.....	(7.976)	4.116
Resultado de Exercícios Futuros.....	3	(1)
Depósitos.....	(4.817)	(10.524)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	33.343	(1.175)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS..... (74.192) (7.424)</b>		
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicação no Intangível.....	(274)	(230)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(232)	(101)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS..... (506) (331)</b>		
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital.....	-	1.807
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....	44	183
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS..... 44 1.990</b>		
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... (74.654) (5.765)</b>		
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
Início do Período.....	267.240	208.580
Fim do Período (Notas 3.c e 4).....	192.586	202.815
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... (74.654) (5.765)</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2016 E 30.06.2015 - Em Reais mil**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
<b>SALDO EM 31.12.2014 REAPRESENTADO.....</b>	<b>204.269</b>	<b>-</b>	<b>4.259</b>	<b>56.771</b>	<b>(5.375)</b>	<b>(463)</b>	<b>259.461</b>
Aumento de Capital.....	-	1.807	-	-	-	-	1.807
Lucro Líquido do Período.....	-	-	-	-	2.915	-	2.915
Reservas (Nota 18.c).....	-	-	-	183	-	-	183
<b>SALDO EM 30.06.2015.....</b>	<b>204.269</b>	<b>1.807</b>	<b>4.259</b>	<b>56.954</b>	<b>(2.460)</b>	<b>(463)</b>	<b>264.366</b>
<b>Mutações do 1º semestre/2015.....</b>	<b>-</b>	<b>1.807</b>	<b>-</b>	<b>183</b>	<b>2.915</b>	<b>-</b>	<b>4.905</b>
<b>SALDO EM 31.12.2015.....</b>	<b>206.076</b>	<b>83.629</b>	<b>4.685</b>	<b>57.288</b>	<b>-</b>	<b>(463)</b>	<b>351.215</b>
Aumento de Capital (Nota 18.b).....	-	70.000	-	-	-	-	70.000
Aumento de Capital (Nota 18.b).....	153.629	(153.629)	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período.....	-	-	-	-	(3.100)	-	(3.100)
Reservas (Nota 18.c).....	-	-	-	44	-	-	44
<b>SALDO EM 30.06.2016.....</b>	<b>359.705</b>	<b>-</b>	<b>4.685</b>	<b>57.332</b>	<b>(3.100)</b>	<b>(463)</b>	<b>418.159</b>
<b>Mutações do 1º semestre/2016.....</b>	<b>153.629</b>	<b>(83.629)</b>	<b>-</b>	<b>44</b>	<b>(3.100)</b>	<b>-</b>	<b>66.944</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 1º SEMESTRE DE 2016 - Em Reais mil**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, em face do encerramento do primeiro semestre de 2016 em comparação com o primeiro semestre de 2015. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, sociedade anônima de capital fechado, é uma entidade de economia mista controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 18 de agosto de 2016.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**
**a) Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional do BANDES e de apresentação de suas demonstrações contábeis é o Real (R\$).

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorre-

rem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Para fins de comparabilidade os valores de 2015, foram reclassificados para apresentação em relação a 2016. (Nota 4)

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

**e) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acres-



cidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado atribuído é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria "mantidos até o vencimento". (Nota 7)

**f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

(i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo);

(ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apurar), sendo que o reconhecimento em receitas somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso.....	AA
Até 14 dias.....	A
De 15 a 30 dias .....	B
De 31 a 60 dias .....	C
De 61 a 90 dias .....	D
De 91 a 120 dias .....	E
De 121 a 150 dias .....	F
De 151 a 180 dias .....	G
Superior a 180 dias .....	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que promoveu alteração na Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

**g) Despesas antecipadas**

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência.

Esse grupo de contas é representado, basicamente, por despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 10.b)

**h) Permanente**

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior, de acordo com as normas vigentes. Subdivide-se em:

**h.1) Investimentos**

Estão representados em sua maioria pelos recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 11)

**h.2) Imobilizado**

É representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado, está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), caso o teste realizado anualmente indique que esses ativos estão contabilizados por um valor superior ao seu valor recuperável. A depreciação é calculada com a utilização dos percentuais anuais:

Especificação	Percentual
Imóveis de uso – edificações .....	8 %
Sistema de transportes, proc. de dados e comunicação .....	20 %
Demais itens .....	10 %

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. (Nota 3 n)

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Resultado não operacional" na demonstração do resultado.

**h.3) Intangível e diferido**

São direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Ambos os grupos são constituídos por gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

**i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas.

- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes**

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento).

A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 elevou para 20% (vinte por cento) a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido durante o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

**k) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros e foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor contábil reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu um complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

**l) Outros ativos e passivos**

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

**m) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

No 1º semestre de 2016, assim como em 2015, não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	R\$ mil	
	2016	2015
Moeda Nacional (caixa) .....	1	1
Moeda Nacional (depósitos bancários) .....	396	475
Disponibilidades .....	397	476
Depósitos Interfinanceiros .....	116.063	126.358
Aplicações no Mercado Aberto .....	76.126	140.406
<b>Total .....</b>	<b>192.586</b>	<b>267.240</b>

**NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S.A.) .....	1.295	-	-	1.295
Empresas Não Ligadas .....	37.949	76.819	95.094	209.862
Aplicações no Mercado Aberto (2) .....	76.126	-	-	76.126
<b>Total 2016 .....</b>	<b>115.370</b>	<b>76.819</b>	<b>95.094</b>	<b>287.283</b>
Total 2015 .....	181.169	21.163	93.700	296.032

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

**NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

	R\$ mil	
	2016	2015
<b>Repasse Interfinanceiros</b>		
BANESTES S/A – Repasse NOSSOCREDITO .....	7.597	23.960
<b>Total .....</b>	<b>7.597</b>	<b>23.960</b>

Repasse Interfinanceiro de R\$ 30 milhões disponibilizados ao BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo para aplicação exclusiva nos Programas de Microcrédito do Governo Estadual, NOSSO-CRÉDITO e CRÉDITAR, por meio de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado em 24 de junho de 2014. Nesse 1º semestre de 2016, o BANESTES antecipou a devolução de R\$ 6,7 milhões.

**NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Títulos Públicos - Brasil</b>					
Letras Financeiras do Tesouro .....	-	-	-	107.888	107.888
Letras Tesouro Nacional .....	26.991	-	-	-	26.991
Criatec 3 - FIP .....	-	-	-	391	391
<b>Total 2016 .....</b>	<b>26.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>108.279</b>	<b>135.270</b>
Total 2015 .....	-	18.018	-	65.116	83.134

## NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, cuja remuneração básica, na maioria dos casos, é constituída da aplicação de índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

### a) Carteira de crédito por tipo de operação

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos.....	57.325	5	58.027	5
Financiamentos.....	107.749	10	121.511	11
Financiamentos rurais e agroindustriais.....	845.241	78	825.319	77
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento.....	65.583	6	61.632	6
<b>Subtotal.....</b>	<b>1.075.898</b>	<b>99</b>	<b>1.066.489</b>	<b>99</b>
Outros créditos *.....	3.396	1	4.091	1
<b>Total das operações de créditos.....</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>	<b>1.070.580</b>	<b>100</b>

\* Refere-se ao saldo de devedores por compras de valores e bens registrado na rubrica outros créditos e que possuem característica de concessão de crédito. (Nota 9)

### b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores.....	111.063	10	107.415	10
50 seguintes maiores devedores.....	67.655	6	59.991	6
100 seguintes maiores devedores.....	28.937	3	29.363	3
Demais devedores.....	871.639	81	873.811	81
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>	<b>1.070.580</b>	<b>100</b>

### c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
<b>Parcelas vencidas a partir de 15 dias.....</b>	<b>22.826</b>	<b>2</b>	<b>12.925</b>	<b>1</b>
<b>A vencer.....</b>	<b>1.056.468</b>	<b>98</b>	<b>1.057.655</b>	<b>99</b>
Até 3 meses.....	66.980	6	42.680	4
De 3 meses a 1 ano.....	196.247	18	192.428	18
Acima de 12 meses.....	793.241	74	822.547	77
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>	<b>1.070.580</b>	<b>100</b>

### d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
<b>Setor privado.....</b>	<b>1.013.711</b>	<b>94</b>	<b>1.008.796</b>	<b>94</b>
Rural.....	28.069	3	5.336	1
Indústria.....	51.621	5	59.206	5
Comércio.....	46.011	4	52.884	5
Outros serviços.....	66.270	6	64.682	6
Pessoas físicas.....	821.740	76	826.688	77
<b>Setor público.....</b>	<b>65.583</b>	<b>6</b>	<b>61.784</b>	<b>6</b>
Administração direta municipal.....	65.583	6	61.784	6
<b>Total das operações de crédito.....</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>	<b>1.070.580</b>	<b>100</b>

### e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal*	2016		2015	
				Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	0	66.362	0	66.362	0	61.834	0
A	0,5	599.081	0	599.081	(2.995)	643.778	(3.219)
B	1	201.348	16.095	217.443	(2.174)	214.814	(2.148)
C	3	69.011	21.650	90.661	(2.720)	79.850	(2.395)
D	10	7.542	24.906	32.448	(3.245)	17.441	(1.744)
E	30	9.078	14.352	23.430	(7.029)	8.796	(2.639)
F	50	1.144	10.276	11.420	(5.710)	14.412	(7.206)
G	70	2.033	3.698	5.731	(4.012)	7.621	(5.335)
H	100	5.441	27.277	32.718	(32.719)	22.034	(22.034)
<b>Total.....</b>		<b>961.040</b>	<b>118.254</b>	<b>1.079.294</b>	<b>(60.604)</b>	<b>1.070.580</b>	<b>(46.720)</b>

\* Inclui parcelas vencidas e vincendas de contratos com atraso superior a 15 dias.

### f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
<b>Saldos iniciais.....</b>	<b>(49.918)</b>	<b>(46.294)</b>		
Constituições op. crédito.....	(24.476)	(17.193)		
Constituições op. crédito.....	(25.432)	(20.345)		
Reversões op. crédito.....	956	3.152		
Transferências para prejuízo.....	13.790	16.767		
<b>Saldos finais.....</b>	<b>(60.604)</b>	<b>(46.720)</b>		

Nos saldos finais de 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015 estão constituídos, respectivamente, R\$ 181 mil e R\$ 40 mil, referentes à Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 9)

### g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Valor das operações renegociadas.....	7.796	1.659		
Valor das operações lançadas a prejuízo.....	13.790	16.767		
Valor das operações recuperadas.....	4.956	10.088		

## NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	2016	2015
Impostos compensados pendentes de homologação (1).....	2.287	2.183
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 17 a.3).....	39.283	28.718
Devedores por depósitos em garantia.....	5.479	5.327
Pagamentos a ressarcir.....	1.628	6.031
Rendas a receber (2).....	2.230	16.455
Devedores por compra de valores e bens.....	3.396	4.091
Outros.....	1.065	980
Provisão para outros créditos (3).....	(1.654)	(1.514)
<b>Total.....</b>	<b>53.714</b>	<b>62.271</b>

(1) Impostos compensados pendentes de homologação compostos de IRPJ e CSLL R\$ 2.183 mil (R\$ 2.183 mil em 30 de junho de 2015), pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004. O crédito compensado está em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal, concomitantemente, foi registrado um passivo de mesmo valor, conforme Nota 17.a; e Impostos a compensar R\$ 104 mil referentes saldo negativo de IRPJ 2015.

(2) A rubrica Rendas a Receber é composta de rendas a receber de juros e encargos de mora, a serem pagos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 no valor de R\$ 69 mil (R\$ 120 mil em 30 de junho de 2015) e rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equilização de juros no valor de R\$ 2.161 mil (R\$ 16.335 mil em 30 de junho de 2015).

(3) A provisão para outros créditos refere-se à provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 180 mil (R\$ 40 mil em 30 de junho de 2015), a provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 30 de junho de 2015) e a provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 30 de junho de 2015).

## NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

### a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, basicamente, pelos valores dos imóveis disponíveis para venda, próprios, desativados e recebidos em dação de pagamento. Esses imóveis estão contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2016	2015
Imóveis não de Uso Próprio.....	11.609	10.051
Bens em regime especial.....	1.044	898
Máquinas e equipamentos.....	4	4
<b>Bens Não de Uso.....</b>	<b>12.657</b>	<b>10.953</b>
Provisão para desvalorização.....	(1.865)	(1.731)
<b>Total.....</b>	<b>10.792</b>	<b>9.222</b>

### b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros, cujo saldo equivale a R\$ 195 mil (R\$ 398 mil em 30 de junho de 2015).

## NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado a valor de mercado, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2016	2015
Investimento por incentivos fiscais (1).....	3.073	3.043
Títulos patrimoniais.....	1	1
Bens artísticos.....	5	5
Provisão para perdas (2).....	(1.154)	(37)
<b>Total.....</b>	<b>1.925</b>	<b>3.012</b>

(1) A rubrica é constituída pelas seguintes aplicações: R\$ 3.004 mil (R\$ 3.004 mil em 30 de junho de 2015) Certificados de Investimento - FUNDES; R\$ 39 mil (R\$ 39 mil em 30 de junho de 2015) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 mil (R\$ 0 em 30 de junho de 2015) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.

(2) O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 1.116 mil (R\$ 0 em 30 de junho de 2015) referentes a Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FUNDES; R\$ 38 mil (R\$ 37 mil em 30 de junho de 2015) relacionadas a Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR. A provisão para perdas em investimentos CI FUNDES de R\$ 1.116 mil está relacionada à forte redução na cotação dos papéis na BM&FBOVESPA, ao final do mês de junho de 2016. (Notas 28.e.1, e 28.f)

## NOTA 12 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	R\$ mil	
			Valor Líquido	
			2016	2015
Terrenos.....	189	-	189	189
Edificações.....	3.867	(3.098)	769	965
Móveis e máquinas.....	2.681	(2.250)	431	535
Aparelhagens e sist. comunicação.....	322	(297)	25	56
Equipamentos de informática.....	7.302	(5.752)	1.550	1.613
Sistema de segurança.....	187	(124)	63	77
<b>Total.....</b>	<b>14.548</b>	<b>(11.521)</b>	<b>3.027</b>	<b>3.435</b>

## NOTA 13 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	R\$ mil	
			Valor Líquido	
			2016	2015
Aquisição de software.....	2.706	(1.823)	883	1.041
Modernização SISBANDES.....	25.708	(18.162)	7.546	10.983
BI – Consultas.....	46	(46)	-	-
Site BANDES.....	623	(517)	106	195
<b>Total.....</b>	<b>29.083</b>	<b>(20.548)</b>	<b>8.535</b>	<b>12.219</b>

O grupo Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h3)

Em observância à Resolução CMN nº 3.642/08 e Carta Circular BACEN nº 3.357/08, a partir de dezembro de 2012, foi efetuada a reclassificação para o Ativo Intangível, dos itens incorpóreos destinados à manutenção do Banco, adquiridos a partir de 03 de dezembro de 2008, que anteriormente eram registrados no Ativo Diferido.

#### NOTA 14 - DIFERIDO

	Custo	Amortização	Valor Líquido
			2015
Aquisição de software .....	1.759	(1.759)	-
Software adm. pessoal .....	11	(11)	-
Modernização SISBANDES .....	13.934	(13.934)	-
Sistema de crédito eletrônico .....	497	(497)	-
<b>Total .....</b>	<b>16.201</b>	<b>(16.201)</b>	<b>-</b>

O grupo é composto por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais efetuados até 02 de dezembro de 2008. (Nota 3.h3)

#### NOTA 15 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Os valores das rubricas "Depósitos à Vista" e "Depósitos a Prazo" referem-se, principalmente, às captações oriundas das operações efetuadas com recursos FUNDAP.

Os vencimentos para os "Depósitos a Prazo" são de até 30 dias.

Depósitos	2016	2015
À vista .....	11.817	30.352
A prazo .....	10.477	11.876
<b>Total .....</b>	<b>22.294</b>	<b>42.228</b>

#### NOTA 16 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES .....	78.834	96.269	175.103	606.809	<b>781.912</b>
Outras Inst. Oficiais .....	4.012	13.288	17.300	48.470	<b>65.770</b>
2016 .....	82.846	109.557	192.403	655.279	<b>847.682</b>
2015 .....	76.611	94.182	170.793	654.044	<b>824.837</b>

#### NOTA 17 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	2015
Fiscais e previdenciárias (a) .....	12.470	9.843
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b) .....	191.761	303.290
Provisão para processos cíveis e trabalhistas (c) .....	6.194	7.110
Dotação para aumento de capital (d) .....	17.484	38.539
Provisão para pagamentos a efetuar .....	4.204	3.810
Credores diversos (e) .....	3.303	19.389
Sociais e estatutárias .....	573	562
Outros .....	83	-
<b>Total .....</b>	<b>236.072</b>	<b>382.543</b>

##### a) Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições .....	3.762	1.424
Impostos e contribuições sobre salários .....	791	684
Impostos com pedido de restituição (i) .....	2.183	2.183
Provisão para risco fiscal .....	-	40
Parcelamento impostos de exercícios anteriores (ii) .....	5.670	5.445
Outros .....	64	67
<b>Total .....</b>	<b>12.470</b>	<b>9.843</b>

- (i) Refere-se à provisão do imposto de renda (R\$ 2.065 mil), contribuição social (R\$ 118 mil) compensados em exercícios anteriores e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal;
- (ii) Parcelamento de ISSQN efetuado junto a Prefeitura Municipal de Vitória sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.

##### a.1) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes

Conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado:

	2016	2015
<b>Resultado antes da tributação sobre lucro e participações .....</b>	<b>(3.699)</b>	<b>4.203</b>
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências .....	209	577
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	21.901	12.077
Perdas efetivas de créditos .....	(6.372)	(8.048)
Outros .....	1.360	(804)
Despesas não dedutíveis .....	42	25
<b>Base de Cálculo .....</b>	<b>13.441</b>	<b>8.030</b>
IRPJ e CSLL* .....	(4.705)	(2.409)
Adicional de IRPJ (10%) .....	(1.332)	(791)
Incentivos fiscais .....	118	69
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social .....</b>	<b>(5.919)</b>	<b>(3.131)</b>

\* Alíquotas vigentes: IRPJ 15% mais Adicional de 10%; e CSLL 15% até setembro de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº. 13.169/15. (Nota 3.j)

##### a.2) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos

A Administração, tendo por base premissas internas revisadas anualmente, registra créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social cuja expectativa de realização se dê no período máximo de dez anos.

##### a.3) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

	CSLL	IRPJ	Total
<b>Saldo em 30/06/2015 .....</b>	<b>10.769</b>	<b>17.949</b>	<b>28.718</b>
Valores constituídos .....	6.194	5.540	11.734
Valores baixados .....	(392)	(777)	(1.169)
<b>Saldo em 30/06/2016 .....</b>	<b>16.571</b>	<b>22.712</b>	<b>39.283</b>

##### a.4) Composição dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	84.376	15.309	21.094	36.403
Provisão de ações cíveis, trabalhistas e fiscais .....	6.194	1.216	1.548	2.764
Provisão para indenizações trabalhistas PDI .....	96	19	24	43
Provisão para devedores por compra de valores e bens .....	182	27	46	73
<b>Total .....</b>	<b>90.848</b>	<b>16.571</b>	<b>22.712</b>	<b>39.283</b>

##### a.5) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

	Crédito Tributário			Valor Presente
Ano	CSLL	IRPJ	Total	
2016 .....	2.336	3.893	6.229	6.041
2017 .....	4.165	6.943	11.108	10.449
2018 .....	4.122	6.871	10.993	10.029
2019 .....	969	1.615	2.584	2.287
2020 .....	596	994	1.590	1.365
2021 a 2025 .....	1.438	2.395	3.833	3.042
<b>Total .....</b>	<b>13.626</b>	<b>22.711</b>	<b>36.337</b>	<b>33.213</b>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES.

##### a.6) Créditos tributários não reconhecidos

Não foram reconhecidos, contabilmente, créditos tributários no montante de R\$ 1.662 mil (R\$ 1.295 mil em 30 de junho de 2015), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração, com base nas normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

##### b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES, registram em contas patrimoniais o total de R\$ 191.761 mil (R\$ 303.290 mil em 30 de junho de 2015).

	2016	2015
FUNDAP .....	932	930
FUNDES* .....	94.432	103.042
FUNDAPSOCIAL .....	5.520	43.539
FUNCITEC .....	17.180	17.641
FUNDÁGUA .....	67	38
FUNDEPAR-ES .....	73.066	138.100
FUNSAF .....	564	-
<b>Total .....</b>	<b>191.761</b>	<b>303.290</b>

\* FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES sucessor do FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, conforme Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

##### c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável - são constituídas provisões no valor atualizado da causa.
- Risco Possível e Remoto - não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Composição das ações judiciais e administrativas:

	2016	2015
<b>Ações com Risco Provável*</b>		
Cíveis .....	2.733	4.081
Trabalhistas .....	3.461	3.029
<b>Subtotal .....</b>	<b>6.194</b>	<b>7.110</b>
Fiscais .....	-	40
<b>Total .....</b>	<b>6.194</b>	<b>7.150</b>

\* Provisionadas pelo valor atualizado da causa.

	2016	2015
<b>Ações com Risco Possível e Remoto**</b>		
Cíveis .....	38.912	36.124
Trabalhistas .....	1.604	208
Fiscais .....	20.913	42.162
<b>Total .....</b>	<b>61.429</b>	<b>78.494</b>

\*\* Valores não provisionados, apenas divulgados.



Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

R\$ mil

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 01/01/2015</b> .....	<b>3.691</b>	<b>2.708</b>	<b>37</b>	<b>6.436</b>
Atualização Monetária / Constituições .....	397	566	3	966
Reversões / Pagamentos .....	(7)	(245)	-	(252)
<b>Saldo em 30/06/2015</b> .....	<b>4.081</b>	<b>3.029</b>	<b>40</b>	<b>7.150</b>
<b>Saldo em 01/01/2016</b> .....	<b>2.598</b>	<b>3.308</b>	<b>-</b>	<b>5.906</b>
Atualização Monetária / Constituições .....	142	181	-	323
Reversões / Pagamentos .....	(7)	(28)	-	(35)
<b>Saldo em 30/06/2016</b> .....	<b>2.733</b>	<b>3.461</b>	<b>-</b>	<b>6.194</b>

**d) Dotação para aumento de capital**

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 17.484 mil (R\$ 38.539 mil em 30 de junho de 2015) referentes disponibilizados pelos acionistas: Estado do Espírito Santo R\$ 17.453, compostos de R\$ 1.441 mil referentes Juros Sobre Capital Próprio - JSCP do exercício social de 2015, quitados em 20/05/2016 e retidos conforme determinação do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social e R\$ 16.012 mil autorizados pelo Decreto n.º 3524-R, de 05 de fevereiro de 2014; e Empresas Fundapeanas R\$ 31 mil.

**e) Credores diversos**

Na composição da rubrica "Credores diversos" destacam-se R\$ 1.790 mil (R\$ 15.255 mil em junho de 2015) referentes deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012.

**NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 500 milhões de reais para efeito de emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 359.705 mil.

Composição do capital social em quantidade de ações:

	2016	2015
<b>Ações Ordinárias</b> .....	<b>15.949.479.126</b>	<b>10.947.984.167</b>
- Estado do Espírito Santo.....	15.710.841.974	10.709.347.015
- Acionistas Minoritários.....	238.637.152	238.637.152
<b>Ações Preferenciais</b> .....	<b>7.926.204.869</b>	<b>4.226.737.349</b>
- Classe "A".....	2.483.827.190	652.996.910
- Classe "B".....	5.442.377.679	3.472.432.815
- Classe "B" - Aumento de Capital.....	0	101.307.624
<b>Total de ações emitidas</b> .....	<b>23.875.683.995</b>	<b>15.174.721.516</b>
Em tesouraria (ordinárias).....	(6)	(6)
Em tesouraria (preferenciais - Classe "A").....	(24.162.245)	(24.162.245)
<b>Total de ações em circulação</b> .....	<b>23.851.521.744</b>	<b>15.150.559.265</b>

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

**b) Aumento de capital social**

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF, aprovou no semestre todos os processos de aumento de capital, que estavam em tramitação naquela autarquia.

Aumento de Capital R\$	Data de Aprovação	Publicação do Ato no Diário Oficial da União
20.000 mil	11/01/2016	DOU nº 6, Seção 3, página 100
63.629 mil	27/05/2016	DOU nº 100, Seção 3, páginas 74 e 75
70.000 mil	14/06/2016	DOU nº 112, Seção 3, página 82

**c) Reservas de lucros**

No semestre, R\$ 44 mil referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2012, foram transferidos do grupo de contas do Passivo, e incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme determinação do § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

**NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS****a) Plano de previdência complementar**

Com o objetivo de proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, o BANDES patrocina plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As contribuições são custeadas pelo participante e pelo patrocinador. Os recursos são investidos no Fundo de Renda Fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No semestre, R\$ 706 mil foram apropriados em despesas com o plano (R\$ 638 mil em 30 de junho de 2015).

**b) Programa de demissão incentivada (PDI)**

O programa de demissão incentivada promovido pelo Banco assegura dentre outros benefícios, o custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta meses após a demissão.

A provisão para indenizações trabalhistas diversas registrou saldo de R\$ 96 mil (R\$ 268 mil em 30 de junho de 2015).

**NOTA 20 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****Remuneração do pessoal chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme determinação do Estatuto Social.

Em 30 de junho de 2016, as despesas com a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva no semestre totalizaram R\$ 914 mil (R\$ 510 mil em 30 de junho de 2015).

**NOTA 21 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES atingiu 461.853 mil (R\$ 577.805 mil em 30 de junho de 2015).

R\$ mil

Fundos Públicos	Patrimônio Líquido	
	2016	2015
FUNDES*.....	171.158	163.644
FUNDAP.....	115.999	134.306
FUNDAPSOCIAL.....	8.732	53.354
FUNDEPAR-ES.....	165.964	226.501
<b>Total</b> .....	<b>461.853</b>	<b>577.805</b>

\* FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES sucessor do FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, conforme Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

**NOTA 22 - OPERAÇÕES DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferir receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

R\$ mil

Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2016	2015	2016	2015
FUNDES (1).....	417	415	3.882	3.643
FUNDAPSOCIAL (2).....	-	532	172	1.477
FUNDEPAR-ES (3).....	79	76	2.957	4.863
FUNCITEC (4).....	-	-	655	501
FUNDÁGUA (5).....	-	-	3	1
FUNSAF (6).....	-	-	13	-
<b>Total</b> .....	<b>496</b>	<b>1.023</b>	<b>7.682</b>	<b>10.485</b>

Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos
(1)	0,5% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do ano anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2)	5% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido até 19 de maio de 2014. Após essa data, 2% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3)	0,25% ao ano, incidente sobre o Capital Investido do Fundo deduzido de eventual baixa contábil.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no Fundo.	100% do rendimento diário do CDI.
(6)	Recursos não remunerados.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

**NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL**

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo executada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

**NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado no BANDES é coordenada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, com apoio do Comitê de Gestão de Tesouraria. O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

**NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO**

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é coordenada pela Gerência de Riscos e Controles Internos e contempla diversas ferramentas tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

**NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, não ser capaz de negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão do risco de liquidez do BANDES é coordenada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, com apoio do Comitê de Gestão de Tesouraria, e contempla projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, estabelecimento de reserva mínima de liquidez e plano de contingência de liquidez.

**NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a Instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital. Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.bandes.com.br>.

**NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL**

A Política Socioambiental do BANDES estabelece princípios e diretrizes para as práticas socioambientais nos negócios e na relação com as partes interessadas, contribuindo para concretizar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, estabelecendo atuar de maneira a integrar, em todas as suas operações, as dimensões econômica, social e ambiental, visando praticar e promover o desenvolvimento sustentável; na dimensão ambiental, analisar os impactos de nossas operações diretas e de crédito, priorizando as potencialmente positivas, descartando aquelas com efeitos majoritariamente negativos e realizando e/ou demandando, quando aplicável, ações para mitigação desses efeitos; na dimensão social, respeitar e exigir o respeito aos direitos humanos de todas as partes envolvidas nas operações do Banco-clientes, colaboradores, comunidades e fornecedores, além de

combater qualquer prática de discriminação e/ou violência; respeitar leis, decretos e outras regras e políticas públicas; agir de maneira transparente e ética, prestando contas e respeitando todas as partes relacionadas, valorizando e permitindo o diálogo direto.

O BANDES adota uma estrutura de governança da responsabilidade socioambiental e gestão de riscos socioambientais compatível com o porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA.

#### NOTA 29 - OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

##### b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

##### c) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	2016	2015
Recuperações de encargos e despesas.....	213	226
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDI .....	827	388
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf.....	1.741	-
Variações monetárias ativas.....	1.251	853
Atualização Selic s/ tributos a compensar.....	6	-
Atualização depósitos judiciais.....	263	115
Outras rendas operacionais.....	62	-
<b>Total .....</b>	<b>4.363</b>	<b>1.582</b>

##### d) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	2016	2015
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas .....	(1.024)	(965)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI.....	(11)	(1)
Outras despesas operacionais .....	(360)	(152)
Despesas com utilização SISBACEN .....	(21)	(6)
Despesas c/ atualiz. monetária de parcelamento tributos.....	(251)	-
<b>Total .....</b>	<b>(1.667)</b>	<b>(1.124)</b>

##### e) Resultado Não Operacional

	R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na alienação de valores e bens.....	55	68
Reversão de provisões de outros valores e bens.....	119	208
Outras rendas não operacionais.....	198	269
Desvalorização de outros valores e bens.....	(341)	(451)
Perdas em investimentos por incentivos fiscais (1) .....	(1.117)	-
Perdas em ações e cotas (2) .....	(109)	-
Despesas com bens não de uso.....	(33)	(23)
<b>Total .....</b>	<b>(1.228)</b>	<b>71</b>

(1) Inclui provisão para desvalorização das cotas: CI FUNDES (R\$ 1.116) e FINOR (R\$ 1). (Notas 11.2 e 28.f)

(2) Provisão para desvalorização das cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP. (Nota 7)

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Eduardo Faria de Azevedo  
João Felício Scárdua  
Robson Luiz Avelino Pereira

José Antonio Bof Buffon  
Haroldo Correa Rocha  
Paulo Ruy Valim Carnelli

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Aroldo Natal Silva Filho  
Diretor-Presidente

Everaldo Colodetti  
Diretor de Crédito e Fomento

#### CONSELHO FISCAL

Ana Maria Carvalho Lauff  
Dayse Maria Oslegher Lemos  
Gustavo Lisboa Cruz

#### CONTADOR

Valdir dos Santos  
CRC/ES 13.555/O-3

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO  
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES  
VITÓRIA – ES

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar

##### f) Evento subsequente

No final do mês de julho de 2016, antes da data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, o valor da cota do investimento CI FUNDES negociada na BM&FBOVESPA, sob o código FDES11, apresentou total recuperação em relação à cotação do mês de junho de 2016, que culminou no registro da provisão para perdas de R\$ 1.116 mil. Com o restabelecimento do valor da cota, a perda foi eliminada e a provisão revertida. O evento não originou ajustes nas demonstrações contábeis, por evidenciar condições que não existiam na data-base de 30/06/2016.

##### g) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, foram apurados os seguintes valores, em 30 de junho de 2016:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)....	32,9%	11,0%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA .....	32,9%	6,0%
Capital Principal comparado com o RWA.....	32,9%	4,5%

\*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

##### h) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

##### i) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

##### j) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Pronunciamentos técnicos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	4.144/2012
01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Eventos Subsequentes	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e as Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES**, em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

##### Outros Assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes a 30 de junho de 2015

As demonstrações contábeis para o período findo em 30 de junho de 2015 foram auditadas por outros auditores independentes, que em seu relatório datado de 19 de agosto de 2015, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S  
CRC RS – 005460/O-0

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
CRC RS – 65.932/O-7  
Responsável Técnica